Edital - CERAT Santarém - AINF

O Ilmo. Sr. SHU YUNG FON, Coordenador Fazendário de Santarém, desta Secretaria de Estado da Fazenda, FAZ SABER aos titulares ou representantes legais das contribuintes abaixo relacionadas que foram lavrados os respectivos AUTOS DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO FISCAL, ficando elas NOTIFICADAS, na forma do disposto pelo art. 14, Inciso III, da Lei nº 6.182, de 30.12.98, a PAGAREM ou APRESENTAREM Impugnação, no prazo de 30 dias, a contar de 15 dias após a data de publicação deste Edital, na sede da CERAT, situada à Avenida Mendonça Furtado, Nº 2.797, bairro de Fátima, Santarém/PA, ressaltando que o não atendimento, no prazo estabelecido, ensejará a adoção de medidas cabíveis em defesa do Erário Estadual.

Josias da Conceição Moita

Auditor Fiscal de Receitas Estaduais

RAZÃO SOCIAL : RP NAUTICA EIRELI
INSCRIÇÃO ESTADUAL : 154674966
ORDEM DE SERVIÇO : 042016820001480-2
A.I.N.F. Nº : 042017510000026-8

RAZÃO SOCIAL : AUZIER & COSTA LTDA
INSCRIÇÃO ESTADUAL : 154833673
ORDEM DE SERVIÇO : 042016820001501-9
A.I.N.F. Nº : 042017510000019-5
A.I.N.F. Nº : 042017510000020-9

SHU YUNG FON

Coordenador - CERAT Santarém

Edital - CERAT Santarém - Prorrogação de Ordem de Serviço
O Ilmo. Sr. SHU YUNG FON, Coordenador Fazendário de Santarém, desta Secretaria de Estado da Fazenda,

FAZ SABER, aos titulares ou representantes legais das firmas abaixo relacionadas, que foram prorrogadas por mais 60 dias as ORDENS DE SERVIÇO, através dos respectivos termos de prorrogação, ficando as contribuintes NOTIFICADAS na forma do disposto pelo art. 14, Inciso III, da Lei nº 6.182, de 30.12.98.

Josias da Conceição Moita

Auditor Fiscal de Receitas Estaduais

RAZÃO SOCIAL : RP NAUTICA EIRELI
INSCRIÇÃO ESTADUAL : 154674966
ORDEM DE SERVIÇO : 042016820001480-2
TERMO DE PRORROGAÇÃO : 042017920000021-1

RAZÃO SOCIAL : AUZIER & COSTA LTDA
INSCRIÇÃO ESTADUAL : 154833673
ORDEM DE SERVIÇO : 042016820001501-9
TERMO DE PRORROGAÇÃO : 042017920000017-3

SHU YUNG FON

Coordenador - CERAT Santarém

Protocolo: 139181

EDITAL DE AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO FISCAL DE TRÂNSITO - CERAT BELÉM

O Coordenador Regional de Administração Tributária e Não Tributária da Secretaria da Fazenda – CERAT Belém, no uso de suas atribuições, FAZ SABER a todos quanto o presente Edital lerem ou dele por qualquer outro meio tomarem conhecimento, que foram lavrados os AUTOS DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO FISCAL DE TRÂNSITO - AINF'S, originários de Termos de Apreensão e Depósito - TAD's, conforme abaixo:

AINF Nº	TAD Nº	CONTRIBUENTES	INS. EST/CNPJ/CPF
662016510000039-6	662016390000040	ATLANTICA LOG TRANSP E EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP	15331230-0
492016510000565-2	492016390000563	E G S COMÉRCIO DE CONFECCOES LTDA.	15291753-5
492016510000564-4	492016390000542	E G S COMÉRCIO DE CONFECCOES LTDA.	15291753-5
492016510000559-8	492016390000536	PAULO A BAZAM JUNIOR ME	09376495/0001-22
492016510000560-1	492016390000535	PAULO A BAZAM JUNIOR ME	09376495/0001-22
352016510011682-1	352016390011346	R BARBOSA COELHO COMÉRCIO DE ALIMENTOS	15329846-4
352016510012067-5	352016390011052	E G S COMÉRCIO DE CONFECCOES LTDA.	15291753-5
352016510010804-7	352016390002815	HIPERMARCAS S/A	02932074/0056-65
352016510010803-9	352016390002814	HIPERMARCAS S/A	02932074/0056-65
352016510010802-0	352016390002812	HIPERMARCAS S/A	02932074/0056-65

352016510010805-5	352016390002816	HIPERMARCAS S/A	02932074/0056-65
352016510011678-3	352016390011488	INFINITY REFRIGERAÇÃO, SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA	22236964/0001-76
352016510012072-1	352016390011698	C R DOS SANTOS COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA	15472682-6
352016510012071-3	352016390011631	REFRIGELO CLIMATIZAÇÃO DE AMBIENTES LTDA	61502324/0016-07
322016510002299-0	322016390002297	JOSE VALMIR DOS SANTOS	054233503-44
322016510001640-0	322016390001429	JOSE CILFRANIO ALVES LOPES	874178984-91

O prazo para efetuar o recolhimento do crédito tributário ou apresentar impugnação é de 30 (trinta) dias, contados a partir do 15º dia da publicação desta Notificação, de acordo com o que estabelece a Lei n.º 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei nº 7.078, de 28 de dezembro de 2007, art. 14, § 3º, o que poderá ser feito nesta Coordenação, localizada na Av. Gentil Bittencourt nº 2566, entre Av. José Bonifácio e Trav. Castelo Branco - São Braz, no horário de 08:00 as 14:00hs, findo o qual sujeitar-se-á a cobrança executiva do crédito tributário.

Moacyr Dinelly de Souza Navarro

Coordenador Fazendário – CERAT Belém

Protocolo: 139075

OUTRAS MATÉRIAS**PORTARIAS DE ISENÇÃO DE ICMS - CAT**

Portaria n.º201701000031 de 19/01/2017 - Proc n.º 042017730000182/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Jucelino Ferreira Cezar – CPF: 146.824.512-00

Marca: CHEV/PRISMA 1.4MT LTZ ECONOFLEX Tipo: Pas/Automóvel

Portaria n.º201701000033 de 19/01/2017 - Proc n.º 002017730000625/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Robson Alves Goncalves – CPF: 425.486.082-04

Marca: HONDA/CIVIC EXL CVT AT 2.0 Tipo: Pas/Automóvel

Portaria n.º201701000035 de 19/01/2017 - Proc n.º 002017730001149/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Raimundo Dario Tavares D Carvalho – CPF: 159.064.342-91

Marca: CHEV/PRISMA 1.0MT LTZ 1.4 L ECONO FLEX Tipo: Pas/Automóvel

Protocolo: 139141

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF**ACÓRDÃO****PRIMEIRA CÂMARA**

ACÓRDÃO N.5285- 1ª. CPJ. RECURSO N. 11781 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012013510001968-6). CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. OMISSÃO DE SAÍDAS. NÃO RECOLHIMENTO. 1. Os atos praticados para efeitos de apuração e recolhimento de imposto são de exclusiva responsabilidade do contribuinte (art. 44 da Lei n. 5.530/89). 2. Deixar de recolher o ICMS, decorrente de omissões de saídas de mercadorias, apurado através de levantamento fiscal contábil específico, sujeita o contribuinte às penalidades da lei independentemente do imposto devido. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 11/01/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 11/01/2017.

ACÓRDÃO N.5284- 1ª. CPJ. RECURSO N. 11775 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372013510002054-4). CONSELHEIRO RELATOR: MARIA DE LOURDES MAGALHAES PEREIRA. EMENTA: ICMS. NULIDADE DO AINF. NATURA DA INFRAÇÃO NÃO DETERMINADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. 1. Deve ser em preliminar declarada a nulidade da autuação, com fundamento nos princípios tributários, tais como da legalidade do ato administrativo, da verdade material e da segurança jurídica, tudo com o fito de evitar o cerceamento do direito de defesa insculpido no art. 5º, inciso LV, da CF/88, c.c do art. 71, inciso II, da Lei n. 6.182/98, quando constatadas falhas insanáveis na atividade de lançamento do crédito tributário. 2. Recurso conhecido e em preliminar pela nulidade do AINF, sem prejuízo da renovação da ação fiscal. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 11/01/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 11/01/2017.

SEGUNDA CÂMARA

ACÓRDÃO N. 5549 - 2ª cpj. RECURSO N. 12.552 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. PROC. Nº 132015730003358-6).

CONSELHEIRA RELATORA: LUZIA DO SOCORRO NOGUEIRA BARROS. EMENTA: SIMPLES NACIONAL – EXCLUSÃO – DESPESAS DO EXERCÍCIO SUPERAM EM MAIS DE 20% O VALOR DAS RECEITAS. 1. O cerceamento de defesa só se caracteriza quando restar comprovado que o contribuinte foi prejudicado em seu direito de se defender. Preliminar rejeitada. 2. Deve ser mantida a exclusão do contribuinte optante pelo regime tributário do Simples Nacional quando constatado que as despesas do exercício foram superiores em mais de 20% (vinte por cento) ao valor total dos ingressos de recursos do mesmo período, nos termos do art. 29, inciso IX, da Lei Complementar - LC nº 123/2006. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 12/01/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 12/01/2017.

ACÓRDÃO N.5548- 2ª. CPJ. RECURSO N. 12306 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372014510002302-8). CONSELHEIRA RELATORA: LUZIA DO SOCORRO NOGUEIRA BARROS. EMENTA: ICMS. RECURSO INTEMPESTIVO - 1. O trânsito em julgado da decisão singular impede a apreciação da matéria na instância superior, uma vez que, comprovadamente, o Recurso Voluntário é intempestivo, por inobservância das disposições previstas no art. 32, § 1º, da Lei nº 6.182/98, impondo o não conhecimento do mesmo, nos termos do art. 40, II, do Regimento Interno do TARF (Anexo do Decreto Nº 3.578/99). 3. Recurso não conhecido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 12/01/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 12/01/2017.

ACÓRDÃO N.5547- 2ª. CPJ. RECURSO N. 12766 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012015510004825-7). CONSELHEIRO RELATOR: LUZIA DO SOCORRO NOGUEIRA BARROS. EMENTA: ICMS. IMPUGNAÇÃO INTEMPESTIVA. 1. O trânsito em julgado da decisão singular impede a apreciação da matéria na instância superior, quando a impugnação é intempestiva. 2. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 12/01/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 12/01/2017.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Chefe da Secretaria Geral do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF, Belém-Pará, FAZ SABER que, pelo presente Edital, fica intimada MADEIREIRA VALE VERDE LTDA, Inscrição Estadual n. 15.224.277-5, nos termos do artigo 14, III, § 5º, da Lei n. 6.182, de 30 de dezembro de 1998, da decisão da Segunda Câmara Permanente de Julgamento, prolatada na sessão realizada em 17/11/2016, Processo/AINF n. 01201510000543-5, que deu provimento parcial ao Recurso n. 11096 - Voluntário, conforme acórdão n. 5524 – 2ª CPJ. Fica a empresa informada que é facultada a interposição de Recurso de Revisão, ao Pleno deste Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta intimação, nos termos do art. 47, § 1º, II da Lei n. 6.182, de 30 de dezembro de 1998, c/c art. 4º, XVI, da Lei Complementar n. 58, de 01 de agosto de 2006. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado e afixado no lugar de costume na sede deste Tribunal. Aos 19 de janeiro de 2017. Eu, Iza Meire Sales Nunes, lavrei o presente. E eu Delmira Naiff de Mendonça, chefe da Secretaria Geral, conferi e subscrevi.

PORTARIA CONJUNTA Nº 001, DE 18 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIO - TARF, em conjunto com os PRESIDENTES da PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTOS, considerando o disposto nos arts. 25 e 26 do Decreto n.º 3.578, de 26 de julho de 1999, que aprova o Regimento Interno do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários - TARF e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º Fixar os dias e horários de sessões de julgamentos das Câmaras e do Pleno do TARF, conforme constante do Anexo Único.

• 1º A Secretaria do TARF observará, na marcação de pauta de julgamento, o previsto na presente portaria.

• 2º Em caráter excepcional, em função de acúmulo de processos, poderá ser marcada pauta de julgamento em data diversa do estabelecido no Anexo Único, observado os limites estabelecidos nos arts. 25 e 26 do Decreto n.º 3.578/1999.

Art. 2º A fixação de datas a que se refere o artigo 1º tem como finalidade o agendamento prévio de calendário, ficando a realização de sessões condicionada à existência de pauta de julgamento publicada no Diário Oficial do Estado, na forma do § 1º do art. 23 do Decreto n.º 3.578/1999.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Wlademir Nogueira Júnior

Presidente do TARF

Maria de Fátima C. Figueiredo

Presidente da 1ª CPJ

Carlos A. M. Queiroz

Presidente da 2ª CPJ